

A liberdade e a futura Constituição

- 9 SET 1985

JORGE BOAVENTURA

FOLHA DE SÃO PAULO

Os nossos leitores habituais, se é que os temos, sabem que, segundo pensamos, o que se tem convencionalmente designar, sem maiores reflexões, como "normalidade democrática" representa, raramente, um conjunto de fórmulas institucionais que, nascidas embora em contexto cultural basicamente cristão, sofreu o que temos chamado de "interferência cultural", representada pela dominância intelectual de uma disposição agnóstica, supostamente racionalista e libertária. Tal disposição, à semelhança do que ocorre a um receptor de rádio quando o seletor de frequências está defeituoso e, por isso, misturando faixas diferentes, superpôs-se, ao menos epidermicamente, ao contexto cultural em cujo seio se desenvolvia, gerando confusão com respeito aos valores realmente fundamentais do referido contexto. Daí, segundo pensamos, a maneira imprecisa com que foi feito o anúncio da liberdade, sem a preocupação de definir-lhe de maneira nítida os contornos e os limites. Algo assim como que referido ao seu conceito, como conceito, em plano, digamos, puramente metafísico. A opressão que pesava sobre o povo, à época a que nos estamos reportando, como seria de prever-se, fez com que aquele anúncio se derramasse como uma espécie de vinho embriagador cujos efeitos impediram uma visão crítica serena acerca dos perigos da imprecisão com que se apresentava e funcionava, como uma das alavancas mais poderosas das transformações institucionais em pleno desencadeamento.

Ora, assim imprecisamente anunciada e promovida, em breve transformou-se a liberdade em pretexto para toda a sorte de abusos praticados em seu nome pela burguesia, agora principalmente em ascensão, abusos logo adiante aparentemente respaldados pela visão do evolucionismo darwiniano, transposto para os domínios dos fenômenos sociais por Herbert Spencer, evolucionismo para o qual o aperfeiçoamento teria, como mecanismo natural, a luta conducente à supressão dos "menos aptos". Claro que se não fosse o fenômeno de interferência acima assinalado, a consciência cristã haveria de rejeitar com muito maior vigor o argumento da intocabilidade do que fosse "natural", de vez que o homem, criado por Deus à sua imagem e semelhança, é dotado de livre-arbítrio, do que resulta o seu papel de sujeito da História, não o de mero objeto tangido por inexoráveis leis naturais, inclusive as que, supostamente, constituir-se-iam em motores insubstituíveis do curso da mesma.

Dos citados abusos, à época a que nos estamos referindo, resultaram injustiças terríveis, alvos da crítica das várias correntes socialistas então surgentes, da crítica da Igreja, especialmente na "Rerum Novarum", bem como resultou a cosmovisão marxista, concebida e divulgada ainda na primeira metade do século passado.

O problema da liberdade, como se vê, é de magna importância, uma vez que tanto os interesses do materialismo edonista, apátrida e insaciável, quanto os do expansionismo marxista, ainda que talvez para objetos finais diferentes, confluem na promoção, como algo intocável, da imprecisão que estamos assinalando diante da inteligência dos leitores, imprecisão da qual, hoje já ostensivamente, resulta a degradação, cada vez maior, da liberdade em vergonhosa licenciosidade, com a multidão de consequências indesejáveis que todos podemos entender. Do ponto de vista cristão, a escolha pela vontade faz-se necessariamente com o concurso do juízo sobre a verdade dos bens dentre os quais haverá de manifestar-se a nossa preferência.

Como se vê, a manifestação da vontade depende da razão, que é distinta dela; admitindo-se, como deve admitir-se, que o exercício da liberdade é referido à vontade, vê-se que aquele exercício responde a um apetite obediente à razão. Em outros termos, podemos dizer que a liberdade tem por objeto um bem conforme à razão. Neste ponto, sem querer estender mais, uma argumentação que a muitos poderá parecer incomodamente árdua, perguntamos: estará conforme à razão a indistinção entre o construtivo e o destrutivo, entre o enobrecedor e o degradante, entre o harmônico e o depravado, entre o belo e o teratológico, entre o bom e o mau, ou, pior ainda, a preferência que, na prática, vem sendo cada vez mais concedida ao que degrada, ao que destrói, ao que deprava, ao que confunde, ao que rebaixa e ao que corrompe, tudo em nome da liberdade? Já não estarão por demais evidentes os efeitos perversos resultantes da exploração, por irresponsabilidade ou por motivos inconscientes, da confusão estabelecida à época do surgimento das instituições que, convertidas em uma espécie de superstição, são designadas como componentes intocáveis de uma suposta e igualmente intocável "normalidade"? Confusão consistente no embaralhamento deliberado entre liberdade, enquanto conceito, e liberdade como exercício por parte de seres com as características dos seres humanos, em cuja natureza coexistem, sempre e necessariamente, tendências boas e más? Será adequado, por exemplo, que a reputação e a honra dos cidadãos e das instituições fiquem, como vem efetivamente ocorrendo, sujeitas aos interesses e, até, aos caprichos dos magnatas da comunicação, a cujo talento podem ser destroçadas ou retocadas enganosamente, tudo de maneira desabusada e impune? Quem não se lembra, por exemplo,

da desfiguração brutal do candidato Paulo Maluf, sem que uma única prova jamais fosse apresentada em respaldo das calúnias contra ele assacadas? Foi o povo que, em uníssono, decidiu praticar tal miséria ou, ao revés, foi induzido pela propaganda a aceitá-la como algo verdadeiro e merecedor de apoio? Mais recentemente, como ousasse o comandante da Escola Superior de Guerra manifestar opiniões contrárias à legalização de partidos comunistas, foi a instituição respeitável sob seu comando objeto de miserável campanha visando a levar ao povo, a propósito dela, a imagem de um ambiente no qual os integrantes se dedicariam a, entre copiosas libações, assistir a filmes eróticos. As pessoas decentes que parem para refletir sobre o assunto perceberão o absurdo da referida campanha.

Quantos de nós, porém, têm tempo para parar e refletir sobre os temas que, no ritmo frenético da vida atual, são dados ao nosso conhecimento? Em consequência, quantos terão captado a imagem mentirosa e aviltada que, daquela Escola, lhes foi oferecida, como algo ao menos aproximadamente verdadeiro? E a promoção das taras sexuais, da desavença entre gerações, da aluição dos valores sobre os quais assenta a instituição familiar, das dissensões entre pais e filhos, etc., tudo isso exprime exercício, conforme à razão, da liberdade, ou criminosas deturpações tornadas possíveis pela imprecisão reinante acerca do assunto? Daí o apelo que endereçamos aos futuros constituintes para que se debruçam sobre assunto de tão fundamental importância e ao qual, por isso mesmo, pretendemos voltar oportunamente.

JORGE BOAVENTURA, 64, é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-chefe do Departamento de Assuntos Sociais do Colégio Interamericano, em Washington (EUA).

ANC 88
Pasta (M)/85
020/1985